

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA BULGÁRIA

As relações entre Brasil e Bulgária são muito cordiais, mas distantes, tendo sofrido certa inflexão a partir da eleição da Presidenta Dilma Rousseff em 2011. Até a campanha presidencial de 2010, o Brasil era principalmente conhecido por estereótipos como país do futebol e do carnaval. Agora a primeira imagem que se associa ao país é a da “presidenta de origem búlgara”, como ela é conhecida aqui, em razão de suas raízes familiares. Não havia, também, grande fluxo comercial ou turístico, mas o crescimento da economia brasileira na última década (coincidindo com a crise europeia a partir de 2008) e a realização de grandes eventos esportivos internacionais no Brasil (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos), têm aumentando o fluxo de búlgaros para o Brasil por motivo de turismo, negócios ou trabalho.

A eleição de Dilma Rousseff foi motivo de grande orgulho para os búlgaros, que viram na “nossa Dilma” o maior sucesso já alcançado por uma “compatriota”. Para a maior parte dos búlgaros, o laço de sangue predomina mesmo que as ligações culturais sejam tênues ou inexistentes. Durante as eleições presidenciais brasileiras em 2010 e 2014, a Bulgária foi tomada pelo que a imprensa local chamou de “dilmomania” e não era difícil achar cidadãos que julgassem que a Presidenta brasileira, sendo de ascendência “búlgara”, era uma personalidade mais importante do que os próprios Presidente ou o Primeiro-Ministro locais.

Como resultado da eleição de Dilma Rousseff, as relações entre Brasil e Bulgária se tornaram mais fluídas e passou a haver maior boa vontade de ambos os lados no sentido de estreitar o relacionamento bilateral. Ainda que as dificuldades práticas relacionadas à distância entre os dois países, falta de maior conhecimento recíproco, significativa assimetria em termos de população, mercado, setor produtivo, PIB etc. não se tenham modificado fundamentalmente, a Embaixada do Brasil vem tentando, na medida dos limites impostos pelas severas restrições orçamentárias vigentes, promover a imagem do Brasil na Bulgária e negociar acordos de interesse recíproco visando a dinamizar o relacionamento.

Do lado búlgaro, o recente período de instabilidade política (cinco governos desde março de 2013) e a falta de recursos financeiros e humanos (a Bulgária é o país mais pobre em termos de renda per capita entre os 28 membros da União Europeia) vêm impedindo maior aproximação concreta, tais como a visita do Presidente búlgaro ao Brasil, em reciprocidade à visita realizada pela Presidente Rousseff a este país em outubro de 2011, e a organização de missão empresarial ao Brasil. Ressalte-se que o atual Primeiro-Ministro Boyko Borissov (no poder desde novembro de 2014), em seu primeiro mandato como PM (2009-13), priorizou uma política externa essencialmente europeia e atlanticista. A política externa do 1º mandato de Borissov foi particularmente deficiente em suas relações com os demais países (com exceção de tradicionais parceiros como Rússia, Turquia, China, Israel e países do Golfo Pérsico, que ofereciam oportunidades comerciais e de investimentos diretos). Em seu 1º mandato, foram fechadas diversas representações diplomáticas búlgaras (como a Embaixada em Santiago, no Chile, por exemplo). As relações com o Brasil mantiveram-se cordiais, em especial devido aos laços de família da Sra. PR com a Bulgária, e Borissov nutriu a expectativa – que não se concretizou finalmente – de obter maciços investimentos brasileiros no país. Isso ocorreu, por

um lado, em razão de a Bulgária não ter conseguido dar seguimento às possibilidades que se abriram com a visita da Sra. PR em outubro de 2011 e, por outro, devido ao relativo desinteresse da parte brasileira em estreitar o relacionamento econômico e comercial bilateral.

A publicação do programa de metas em política externa do segundo Gabinete do PM Boyco Borissov, em janeiro de 2015, reafirmou a orientação européia e atlântica, bem como reiterou o objetivo de incrementar os laços econômicos com os países de rápido desenvolvimento econômico, citando especificamente a Ásia. O documento surpreendentemente não mencionou as relações bilaterais com o Brasil nem tampouco com a América Latina. O visível desinteresse do atual Governo do PM Borissov em reabrir o Consulado búlgaro em São Paulo, conforme havia sido cogitado pelas autoridades locais, comprova esse relativo esfriamento do relacionamento em termos econômicos e comerciais. Isso sinaliza claramente que a política externa búlgara em relação ao Brasil precisa ser atualizada e sua orientação eventualmente revista sendo este, exatamente, o maior desafio que o Posto, e a futura Chefe de Missão, terão pela frente. Com vistas a reverter essa situação, caberia ao lado brasileiro a iniciativa de tentar engajar a Bulgária em diversas ações com potencial de apresentar resultados concretos e de mútuo benefício.

AÇÕES LANÇADAS PELO POSTO

Em contraste com esse quadro bilateral pouco auspicioso, ressalte-se que teve grande repercussão na imprensa local a participação do Presidente búlgaro, Rosen Plevneliev, na última Cimeira CELAC-UE realizada em junho, em Bruxelas, e mais particularmente o encontro bilateral mantido à margem da reunião entre a Sra. Presidenta da República e o Presidente búlgaro. Na intervenção feita no âmbito da sessão plenária da Cimeira, Rosen Plevneliev salientou que o relacionamento entre a UE e o CELAC é estratégico e constitui exemplo de cooperação em nível internacional, tendo lembrado a importância dos vários acordos de livre-comércio existentes entre a UE e países latino-americanos e caribenhos. Frisou, nesse contexto, sua expectativa de ver progressos concretos no curto prazo no contexto das negociações inter-regionais Mercosul-UE. Plevneliev comentou que em razão de sua localização geográfica no sudeste europeu a Bulgária constitui interessante porta de entrada para o mercado comunitário, além de oferecer outras condições atraentes para os investidores estrangeiros tais como reduzido nível de imposto corporativo (10%), mão-de-obra barata e qualificada e baixos custos de produção. Plevneliev destacou igualmente que a Bulgária detém centros de ensino superior de alta qualidade cujos diplomas são reconhecidos internacionalmente, notadamente nas áreas de medicina, engenharia, matemática, música etc. Lembrou que no passado milhares de estudantes oriundos do CELAC foram formados por universidades búlgaras e indicou sua disposição de dar novo impulso a esse tipo de cooperação entre as duas regiões. Plevneliev agradeceu, ademais, os governos do Brasil, Argentina e Chile pela colaboração que tem sido prestada ao governo búlgaro nesses últimos anos com relação a missões na Antártida.

No seu encontro bilateral com a Sra. PR à margem da Cimeira CELAC-UE, que teria transcorrido de forma extremamente cordial conforme me disse pessoalmente o Presidente Plevneliev, o mandatário búlgaro teria sido convidado a visitar oficialmente nosso país no início de 2016, juntamente com delegação de empresários, em retribuição à visita oficial

realizada pela Sra. PR à Bulgária em outubro de 2011. Teriam sido também mencionadas, durante a reunião bilateral entre os dois Chefes de Estado, as negociações bilaterais em andamento em torno do Programa de Cooperação na Área de Educação. Teria sido indicado ao Presidente búlgaro a intenção brasileira de enviar oportunamente delegação do MEC a Sófia para dar andamento às negociações bilaterais em torno do texto do acordo. Como se recorda, desde 2004 tenta-se negociar, sem sucesso, instrumento de cooperação educacional entre os dois países. O tema só ganhou impulso mais concreto recentemente após a criação do Programa “Ciência sem Fronteiras” e somente no ano passado o Posto logrou finalmente destravar as negociações. Como se recorda, o Programa de Cooperação na Área de Educação possibilitará, quando entrar em vigor, o incremento do intercâmbio bilateral de estudantes, professores e pesquisadores oferecendo acesso para que mais bolsistas brasileiros possam estudar nas universidades búlgaras, com base no programa “Ciência sem Fronteiras”, e mais bolsistas búlgaros possam fazer o mesmo em universidades brasileiras. Registre-se, ainda, que a última versão do texto do Programa de Cooperação na Área de Educação (com os comentários búlgaros) foi enviada ao MEC em maio passado, tendo todas as sugestões de modificações apresentadas pelo lado brasileiro sido contempladas nessa última revisão do texto. Mais recentemente, contudo, o MEC decidiu apresentar nova contra-proposta de texto de acordo com diversas modificações, que deverá agora ser reexaminada pelas autoridades búlgaras.

Outro instrumento digno de menção é o Acordo bilateral sobre Cooperação Econômica assinado em 2011 por ocasião da visita da Sra. PR à Bulgária. Esse acordo foi recentemente aprovado pelo plenário do Senado Federal. Mencione-se que o lado búlgaro ratificou o acordo em 2012, alguns meses depois de sua assinatura. Com a próxima promulgação do referido instrumento pelo Executivo será possível estabelecer a comissão intergovernamental prevista no texto do acordo, bem como planejar a realização de sua primeira reunião bilateral, em local a ser definido pelas partes e com a participação de empresários dos dois países (essa primeira reunião poderia ocorrer no Brasil, em Brasília ou em São Paulo, por ocasião da projetada visita do Presidente Rosen Plevneliev), com o fito de implementar medidas para expandir e intensificar a cooperação econômica. Constituiria, igualmente, oportunidade para conversar sobre os benefícios relacionados à reabertura do Consulado búlgaro em São Paulo, conforme acima referido.

Recordo, igualmente, que entreguei pessoalmente ao Ministério da Justiça búlgaro, em maio último, propostas de novos modelos de acordos recebidos do Ministério da Justiça brasileiro referentes à assistência mútua jurídica em matéria penal e à transferência de pessoas condenadas. O acordo de assistência jurídica mútua em matéria penal, como se recorda, está em negociação há alguns anos sem avançar muito e tinha como base modelo antigo de texto datado dos anos 1990 (acordo Brasil-França). O novo modelo de texto proposto mais recentemente pelo Ministério da Justiça brasileiro parece contemplar a maioria das sugestões de modificações apresentada anteriormente pelo lado búlgaro que ficou de se pronunciar por escrito sobre o assunto oportunamente. A negociação do acordo de transferência de pessoas condenadas, por sua vez, foi proposta inicialmente pelo lado búlgaro em razão do número relativamente grande de seus nacionais cumprindo pena em penitenciárias brasileiras (cerca de 90), muitos deles condenados por tráfico de drogas segundo informações fornecidas a mim pelo Embaixador búlgaro em Brasília. Na minha opinião, o Acordo de Transferência de Presos

seria o mais vantajoso do nosso ponto de vista, tendo em vista a população carcerária búlgara no Brasil (não existem, hoje, presos brasileiros na Bulgária) e a possibilidade de transferir o ônus na manutenção desses presos para o Governo local.

Sublinhe-se que o Posto encaminhou recentemente às autoridades búlgaras contraproposta de texto de acordo na área de previdência social e que a primeira rodada de negociações realizar-se-á no período de 7 a 11 de setembro vindouro, em Sófia. A delegação brasileira deverá ser chefiada pelo Ministro da Previdência Social, Sr. Carlos Eduardo Gabas. A futura conclusão desse acordo bilateral abrirá maiores possibilidades de fluxo de trabalhadores entre os dois países. Comente-se que o acordo em apreço é visto pelo Governo búlgaro como importante devido ao crescente contingente de nacionais que vão trabalhar no Brasil.

Cumpra também mencionar que no encontro bilateral mantido entre a Sra. PR e o Presidente búlgaro, à margem da Rio+20 em 2012, a Sra. PR sugeriu ao seu interlocutor organizar missões bilaterais nas áreas de educação e de agricultura. Na área de agricultura, especificamente, a Sra. PR expressou desejo de envolver a Embrapa nas conversas bilaterais. Em reação, o Presidente Plevneliev lembrou que a Bulgária é importante produtor de fertilizantes e de defensivos agrícolas (que compõem boa parte das exportações búlgaras para o Brasil) e possui diversas patentes nesse setor. O Governo búlgaro tem manifestado interesse em aumentar as vendas desses produtos para o mercado brasileiro e de eventualmente instalar unidades produtivas em nosso território. Seria necessário, portanto, dar continuidade a essas tratativas no futuro.

Sublinhe-se, por fim, que seria oportuno da nossa parte propor novas datas para a realização de reunião de coordenação política nos próximos meses, tendo em vista a projetada visita do Presidente búlgaro ao Brasil no início do próximo ano. A referida reunião deveria ter ocorrido em setembro de 2014, mas acabou sendo adiada a pedido do lado búlgaro por causa da antecipação das eleições parlamentares que culminou na formação de um novo Governo em novembro do ano passado. Seria conveniente que a futura Chefe de Missão faça avançar essa agenda a médio prazo.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Apesar das dificuldades, existem oportunidades para a expansão das exportações brasileiras (em 2014, o intercâmbio bilateral foi de US\$ 243 milhões, sendo o montante das exportações brasileiras de US\$ 206 milhões e as importações de US\$ 37 milhões, tendo gerado um excedente comercial em favor do Brasil no valor de US\$ 168 milhões). A dinamização e a diversificação das vendas brasileiras para o mercado búlgaro exigem trabalho em duas frentes. Por um lado, expandir as exportações de mercadorias em que temos vantagens comparativas e presença tradicional no mercado búlgaro, ainda que modesta. Por outro, é preciso dar impulso ao comércio de produtos com presença destacada na pauta de importações búlgaras com o resto do mundo, e que o Brasil exporta para outras praças (combustíveis e lubrificantes, instrumentos e materiais elétricos, máquinas e aparelhos mecânicos, minérios, veículos automotores e autopeças, plásticos e suas obras, produtos farmacêuticos). Outras oportunidades podem advir dos setores de minério de ferro (há possibilidade de constituição de “joint-ventures” entre

empresas brasileiras produtoras e exportadoras de minério e empresas búlgaras de transporte de carga especializada), transportes, têxteis, calçados, papéis para escritório e petróleo. A análise preliminar por produtos do comércio bilateral, que pode ser aprofundada pelo Setor Comercial no futuro, indica existirem oportunidades para o incremento das exportações brasileiras em alguns produtos industriais e mesmo em commodities, conforme comento a seguir:

A) COMPONENTES PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA:

A Bulgária vem recebendo investimentos nos últimos anos que criaram, praticamente do zero, uma indústria automobilística que se tornou peça relevante para o setor industrial. O país vem-se inserindo nas “cadeias produtivas” que abastecem a indústria automobilística europeia (principalmente alemã). Também inaugurou, em 2012, a primeira montadora de automóveis do país, pertencente à marca chinesa “Great Wall Motors”, que visa a exportar carros de baixo custo para o mercado europeu. Como consequência desses investimentos diretos, as exportações búlgaras para o Brasil de componentes para a indústria automobilística tiveram crescimento significativo em diversos produtos (apesar de os valores não serem expressivos), importadas principalmente por multinacionais europeias com filial ou subsidiária em território brasileiro. O fato mais marcante, porém, é que produtos voltados para o mesmo setor entraram na pauta de exportações brasileiras para a Bulgária pela primeira vez. Existe, portanto, crescente fluxo comercial de componentes para a indústria automobilística nos dois sentidos que oferece grande potencial para o intercâmbio bilateral.

B) PRODUTOS VETERINÁRIOS E DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL:

Trata-se do principal produto de exportação da Bulgária para o Brasil, comercializado majoritariamente pela empresa “Huvepharma”, sediada neste país e com escritório no Brasil. Em tese, poderiam existir oportunidades de comércio no interior da cadeia produtiva deste setor de produtos.

C) INDÚSTRIA TÊXTIL:

Impressiona que o comércio bilateral nesta área seja tão incipiente, apesar de ser um dos principais produtos de exportação do Brasil. Isso poderia ser explicado, pelo lado brasileiro, devido ao pequeno número de empresas do setor que exportam para a Bulgária, todas, à primeira vista, de pequeno ou médio porte. Apesar de a Bulgária não ser um grande mercado consumidor, certamente existiriam oportunidades, em especial no segmento de moda verão/praias. O principal motivo para o baixo volume de vendas pode ser a falta de conhecimento sobre o mercado búlgaro (ou balcânico, em geral) e a crescente concorrência asiática. Pelo lado búlgaro, a maior parte das exportações para o Brasil inserem-se nas cadeias produtivas de grandes multinacionais como Zara e Hugo Boss.

D) PEDRAS PRECIOSAS E SEMI-PRECIOSAS:

As principais empresas brasileiras do setor, como H. Stern e Amsterdam Sauer, já exportam para a Bulgária, mas em valor reduzido. O mercado de produtos de luxo é certamente restrito no país devido à baixa renda média per capita, mas ele existe e vem se expandindo com

a abertura de grandes centros de consumo e a formação de uma classe média-alta com maior poder aquisitivo. É possível que o principal obstáculo para a expansão desse produto seja a reduzida rede de distribuidores e a falta de interesse em explorar o mercado local que efetivamente é de pequena escala.

E) CALÇADOS:

Tradicional produto de exportações do Brasil, os calçados têm mantido participação constante no comércio exterior com a Bulgária, mas ainda em patamar reduzido. O mercado búlgaro é difícil para os produtos brasileiros, pois existe forte concorrência na faixa de baixa renda (com itens oriundos da China, Turquia, entre outros países) e de alta renda (Itália, Suíça, Alemanha etc.). A maior oportunidade de negócios estaria em produtos diferenciados, como sandálias de borracha (estilo “Havaianas”). Esse item encontra-se na 9ª posição dos principais produtos exportados pelo Brasil para a Bulgária, vendidos por uma das maiores empresas brasileiras do setor (Grendene). Ao mesmo tempo, sente-se a ausência de outras firmas importantes, como a Alpargatas (produtora das “Havaianas”). Além disso, não existe centro de distribuição dos produtos brasileiros no mercado local, apesar da grande oferta de itens similares exportados por outros países.

F) EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:

Existe expressiva presença de empresas exportadoras brasileiras nesse setor e esses produtos aparecem constantemente na pauta comercial bilateral, o que indica um comércio estabelecido, ainda que mais uma vez em volume reduzido. Em geral, são empresas que apresentam produtos de médio ou alto valor tecnológico, fator importante para competir com os produtos europeus. Nesse sentido, podem existir oportunidades de expansão dessas vendas caso haja maior conhecimento e prospecção do mercado local, apesar de os gastos com saúde apresentarem tendência de estagnação na Bulgária devido à redução dos dispêndios públicos em saúde e ao baixo nível de investimentos privados pelos profissionais do setor.

G) VINHO:

Existe grande presença de vinhos da América do Sul no mercado local, principalmente do Chile e da Argentina, mas a participação brasileira é ainda inexpressiva. O vinho brasileiro é comercializado por hipermercados de capital europeu (como “Carrefour”) e nem aparece nas estatísticas de comércio bilareral, pois o ponto de ingresso do produto costuma ser via outro país da União Européia (Países Baixos, via Porto de Roterdã). Ainda assim, a presença de vinhos sul-americanos demonstra que existe demanda a ser eventualmente explorada. A Bulgária, como se recorda, é um grande produtor de vinho, apesar de boa parte da produção servir para mistura com vinhos de outros países, como a França. Mais recentemente, o país vem comercializando boas marcas de vinho “Made in Bulgaria”. Não existe estatística de exportação do produto para o mercado brasileiro.

H) SUCO DE LARANJA:

O produto apareceu pela primeira vez na pauta de exportações brasileiras em 2014 e teria potencial para se expandir. Caberia ressaltar, por fim, que a futura criação da Comissão Intergovernamental brasileira-búlgara de Cooperação Econômica, prevista no Acordo bilateral de Cooperação Econômica, assinado durante a visita da Sra. PR em outubro de 2011, constituiria importante instrumento para impulsionar o comércio bilateral de todos os produtos acima mencionados.

AÇÕES REALIZADAS PELO POSTO:

No campo cultural, a Embaixada brasileira se tornou o único Posto de língua portuguesa no país após o “rebaixamento” da Embaixada portuguesa (que, devido à crise econômica em Portugal teve sua presença reduzida na Bulgária) e vem realizando uma série de eventos para divulgação da língua e da cultura brasileiras. O bom momento econômico por que passou o Brasil nos últimos anos e a década de grandes eventos esportivos internacionais criaram maior interesse da população búlgara pela nossa cultura.

Apesar das restrições orçamentárias vigentes, a Embaixada lançou em 2014, pelo 11º ano seguido, publicação bilíngue em português e búlgaro com as peças “Vestido de Noiva” e “O Beijo no Asfalto”, de Nelson Rodrigues, em homenagem ao centenário de nascimento do escritor e jornalista. O lançamento do livro gerou interesse de profissionais ligados às artes cênicas e a Embaixada tem estimulado a montagem de peças do autor no país. No mesmo ano, a Embaixada organizou recepção na Residência brasileira referente à realização da Copa do Mundo no Brasil, que contou com a presença de importantes personalidades políticas, diplomáticas e empresariais, além de apoiar, na medida da disponibilidade orçamentária, a organização de eventos relacionados ao tema. No campo audiovisual, a Embaixada cedeu dois filmes de sua cinemateca ao Festival de Cinema Ibero-Americano realizado em Sófia, cuja exibição teve boa presença de público, e à Retrospectiva do Cinema Brasileiro na Macedônia. O Posto foi obrigado a cancelar, em razão das restrições orçamentárias, a organização da tradicional “Semana do Cinema Brasileiro em Sófia” que nos últimos anos revelara-se como um grande sucesso de público. Vale também sublinhar que em maio de 2014 a Chancelaria mudou para novo endereço localizado no bairro mais nobre de Sófia. A Embaixada encontra-se agora em uma rua calma e aprazível no centro da capital. Suas instalações são muito superiores quando comparadas às da antiga Chancelaria, e por um preço de aluguel praticamente similar ao anterior. Ademais, a nova Chancelaria está situada em frente da Residência oficial, o que torna os deslocamentos mais cômodos para o Chefe do Posto tendo em vista, sobretudo, os crescentes níveis de engarrafamento de veículos no centro da cidade. A Embaixada fechou o ano de 2014 com o apoio à realização da cerimônia de inauguração da “Sétima Trienal de Artes Gráficas de Sófia”, que contou com a curadoria do artista brasileiro José Guedes.

Em maio de 2015, a Embaixada apoiou a realização do recital de música clássica e popular “Route to Brazil”, que contou a participação da soprano brasileira Diana Daniel e de pianista, realizado no auditório da Escola de Música de Sófia. Apoiou, igualmente, a divulgação do Espetáculo “Tanto Mar”, em Teatro de Sófia, com músicas de Dorival Caymmi.

O livro “Triste fim de Policarpo Quaresma” será publicado pela primeira vez em búlgaro, com o apoio da Embaixada e recursos provenientes da Biblioteca Nacional.

Uma das atividades prioritárias da Embaixada tem sido a divulgação da variante brasileira da língua portuguesa (o *brassileiro*), que desperta grande interesse do público em geral em razão da existência de duas universidades com cátedra na área de português (Universidade de Sófia, a principal do país, e a Universidade de Veliko Turnovo, antiga capital medieval da Bulgária). Em 2014, a Embaixada engajou a Universidade de Sófia com vistas à aplicação do exame de proficiência de língua portuguesa (CELPE-BRAS) na Bulgária (pré-requisito para estrangeiros estudarem no Brasil). A referida Universidade possui os requisitos necessários, mas está pendente a definição sobre como ocorreria a visita de técnico do Ministério da Educação para credenciar a instituição como posto aplicador do mencionado exame. Cabe igualmente citar que a Universidade de Sófia abriu, em 2014, mestrado em cultura brasileira e portuguesa. A celebração do Acordo de cooperação educacional, antes mencionado, constituiria instrumento fundamental para estimular o intercâmbio bilateral de estudantes, professores e pesquisadores de ambos os países.

CANDIDATURAS BRASILEIRAS A ORGANISMOS MULTILATERAIS E OUTROS

O bom nível de relacionamento político entre os dois países contribuiu para que a Bulgária, nos últimos anos, apoiasse grande parte das candidaturas brasileiras a organismos multilaterais, em especial na área de direitos humanos. Em contrapartida, o governo brasileiro também apoiou diversas candidaturas búlgaras em órgãos multilaterais, cabendo destacar o apoio dado à reeleição de Irina Bokova para o cargo de Diretora-Geral da UNESCO. Na ocasião da candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo para a OMC, a Bulgária apoiou o candidato brasileiro até o momento em que a União Européia decidiu fechar uma posição em comum, obrigando o país a seguir o consenso em favor de outro candidato. Com relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Bulgária tem tradicionalmente declarado durante as reuniões da Assembléia-Geral que o Brasil “é um forte candidato para assumir um assento permanente” e apoia o fortalecimento das discussões na ONU para que se chegue a um esboço de reforma do CSNU.

O apoio búlgaro às diversas candidaturas brasileiras demonstra a confiança do país balcânico na política externa do Brasil e na sua defesa do sistema multilateral, com ênfase na área de direitos humanos. Em março de 2014, o Governo búlgaro formalizou seu apoio, por meio de carta do PR Plevneliev encaminhada a Senhora PR, à candidatura do Sr. Graziano da Silva para um segundo mandato como Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em eleições realizadas em junho do corrente. Ainda em 2014, porém, a Bulgária não apoiou diversas candidaturas brasileiras, sendo que duas se destacam: do Sr. Leonardo Caldeira Brant, ao cargo de juiz do Tribunal Penal Internacional (apesar de o Governo brasileiro ter proposto troca de votos pela qual apoiaria a candidatura búlgara a um assento não-permanente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato 2018-19) e do Sr. Eduardo Mansur ao cargo de Diretor-Executivo da Organização Internacional da Madeira Tropical (OIMT) (a Bulgária apoiou o candidato da União Européia). O Governo búlgaro também não teria apoiado a candidatura do Delegado de Polícia Federal

Rogério Augusto Viana Galloro para o posto de Vogal (“Delegate”) para as Américas do Comitê Executivo da Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC/INTERPOL) e nem do Sr. Sérgio Nogueira Seabra nas eleições para uma vaga da Junta de Governadores da Academia Internacional Anticorrupção (IACA). No caso da IACA, as eleições foram adiadas.

A Bulgária não apoiou a candidatura de São Paulo para sediar a EXPO 2020 na eleição realizada em 2013. Por outro lado, o país votou em favor da candidatura do Rio de Janeiro para sediar o Congresso Mundial de Energia em 2019 (apesar de a cidade brasileira ter perdido a disputa).

Ainda não existe definição sobre o apoio brasileiro à candidatura búlgara para um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato 2018-19 (eleições em 2017).

Segundo a imprensa brasileira, a Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, de nacionalidade búlgara, aproveitou a presença durante a posse da Sra. PR, em 1º de janeiro de 2015, para mencionar, informalmente, sua pretensão de se candidatar ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, cujas eleições ocorrerão no 2º semestre de 2016.

REUNIÃO DO GRUPO DE AMIZADE PARLAMENTAR

Foi realizada em julho passado, nesta capital, reunião do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Bulgária, a primeira depois da reeleição da Sra. PR. O lado brasileiro foi representado pelo Deputado João Carlos Bacelar (PTN), Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade (o Presidente brasileiro é o Senador Flecha Ribeiro). A delegação búlgara foi chefiada pelo Deputado Roumen Hristov, Presidente da Frente Parlamentar de Amizade Brasil-Bulgária e ex-Ministro da Agricultura durante o primeiro Governo do PM Borissov. Durante a reunião, o Deputado Bacelar manifestou desejo de que no ano vindouro, além da planejada visita do Presidente Plevneliev ao Brasil prevista para o início de 2016, também se realize visita de missão parlamentar búlgara ao Congresso Nacional. O parlamentar brasileiro atribuiu grande importância à cooperação e às negociações de instrumento no campo da educação. Demonstrou interesse em estabelecer maior intercâmbio na área educacional, sobretudo em razão do bom nível de formação dos professores e estudantes búlgaros nas áreas de matemática, física, informática, engenharia, medicina e outras ciências exatas.

A delegação parlamentar búlgara comentou que as conquistas sociais do Brasil e o êxito obtido na diminuição das desigualdades e no combate à fome são muito conhecidas na Bulgária e no mundo e, nesse sentido, indicou que teria muito interesse em conhecer melhor cada um dos programas sociais brasileiros.

AValiação DA SITUAÇÃO ECONômICA

A Agência de classificação de risco Fitch decidiu manter, recentemente, as notas de crédito soberano da Bulgária de curto e médio prazos em BBB- e BBB, respectivamente, sob o argumento de que as projeções indicam relativa estabilidade macroeconômica com previsões de crescimento do PIB de 1,2%, este ano, e de 1,5%, em 2016, ainda que essas previsões

estejam, segundo a Agência, aquém do potencial de crescimento estimado em 1,5% para o corrente ano e em 2% para 2016. A Fitch justifica a manutenção das notas de crédito afirmando que a Bulgária apresenta reduzidos níveis de endividamento externo e interno quando comparados aos de outros países da UE, além de reservas cambiais suficientes, fatores que dariam lastro e credibilidade ao regime de paridade fixa Leva/Euro, em vigor desde 2007, com base no regime do "currency board". Esses dados compensariam, na opinião da Fitch, a falta de reformas estruturais que deveriam ser implementadas a fim de sanar os principais gargalos da economia e elevar o potencial de crescimento do país. Conforme tenho tido a oportunidade de comentar, a Fitch opina que esses gargalos estariam essencialmente relacionados à fraca governança institucional, em razão dos altos níveis de corrupção e de impunidade jurídica, da demografia negativa e do baixo índice de produtividade dos trabalhadores.

Cabe frisar, contudo, que mesmo com um baixo nível relativo de endividamento interno, a Fitch alerta para o aumento na razão deficit fiscal/PIB (diferença entre receita e despesas do governo) ocorrido entre 2012 e 2014 quando o índice passou de 0,8% a 2,8%, incitando a Comissão Europeia a pressionar o governo búlgaro a reduzir os dispêndios públicos, sobretudo na área previdenciária, a fim de manter a relação deficit fiscal/PIB dentro do limite de 3%. Embora a Bulgária continue apresentando um dos mais baixos níveis de endividamento público dentro da UE (24% do PIB), a Fitch estima que a razão dívida bruta/PIB deverá atingir um pico em 2020 estimado em 35% em razão da falta de maior comprometimento do governo com políticas de consolidação fiscal devido ao aumento, entre outros exemplos, dos gastos públicos em apoio ao setor bancário. Esse aumento decorreu das graves falhas ocorridas no sistema de controle e supervisão bancária, sob a responsabilidade do Banco Central búlgaro, que culminaram na falência fraudulenta do 4º maior banco comercial do país em 2014 gerando uma crise bancária e corporativa que demandou a intervenção do governo. A deterioração da situação na Grécia, país vizinho e importante parceiro comercial e financeiro, também poderá ter repercussões altamente negativas para a economia búlgara segundo a Fitch, sobretudo nos setores bancário e exportador.

A Fitch argumenta que uma retomada sustentável da demanda doméstica neste país, e por conseguinte do crescimento econômico, dependeria de: a) redução significativa da taxa de desemprego via ampliação do crédito para o setor privado e do nível de investimentos domésticos; b) medidas para atrair maior do fluxo de investimentos estrangeiros diretos via, por exemplo, profunda reforma do sistema judiciário visando a torná-lo mais transparente, previsível e seguro; c) aumento das exportações por meio da melhora da produtividade do trabalhador por intermédio, por exemplo, de maiores investimentos no treinamento e qualificação do capital humano de modo a elevar a competitividade externa da economia. A Agência de risco também sublinha os riscos de uma espiral deflacionária alimentada, inter alia, pelas políticas de preços administrados praticadas pelo governo notadamente no setor de energia.

TEMAS CONSULARES

A comunidade brasileira na Bulgária soma cerca de apenas 55 pessoas (dados de matrícula consular do Posto). Esses números não incluem o pessoal da Embaixada e nem búlgaros naturalizados brasileiros. A maior parte da comunidade brasileira na Bulgária é

formada por jogadores de futebol profissionais e seus dependentes. No passado, ocorreram problemas nas relações desses jogadores com seus empregadores, o que não tem mais ocorrido desde que assumi o Posto. Estão concentrados, em sua maioria, em Sófia, mas também se espalham por cidades do interior.

O segundo contingente é formado por brasileiras ou brasileiros casados com cidadãos búlgaros e que vieram residir neste país. Esse grupo se divide, majoritariamente, entre Sófia e Varna. Um aspecto negativo, porém, é a possibilidade de que surjam casos consulares relacionados a divórcio e guarda de menor. Desde minha assunção, constatei a ocorrência de um único caso envolvendo a guarda de filhos de um casal brasileiro-búlgaro.

O terceiro contingente é formado por estudantes universitários de música. As universidades búlgaras nesse campo são bem avaliadas e existem casos de músicos brasileiros bem sucedidos que estudaram neste país, o que atrai novos estudantes para a Bulgária. Esse contingente concentra-se em Sófia. O restante da comunidade é composto por técnicos ou especialistas brasileiros que trabalham ou vivem no país.

Não observei, desde a minha chegada, que a comunidade brasileira local tenha maiores dificuldades de adaptação e nem se registra, até o momento, qualquer tipo de hostilidade ou discriminação contra brasileiros, muito pelo contrário.

Não existe Cônsul-Honorário do Brasil na Bulgária, já que o Setor Consular da Embaixada consegue dar conta da reduzida demanda, e nem tampouco Conselho de Cidadãos.

Com relação à emissão de vistos, não se verifica mais o aumento nas autorizações de trabalhos para búlgaros no Brasil que ocorreu durante o período de rápido crescimento da economia brasileira. Os principais vistos de trabalho autorizados nos últimos dois anos são para marinheiros (em navios de cruzeiro ou plataformas de petróleo), técnicos na área de petróleo e músicos. Búlgaros que viajam ao Brasil por motivo de turismo ou negócios estão isentos de visto.

Em dezembro de 2014, o Posto prestou a devida assistência consular para o cidadão brasileiro Kayke Luan Ribeiro Guimarães, preso quando tentava atravessar a fronteira da Bulgária em direção à Turquia com base em mandado internacional de prisão da Interpol, solicitado pela Espanha. O Governo espanhol pediu sua extradição com base na acusação de pertencimento a grupo terrorista e suspeita-se que o brasileiro iria se juntar ao Estado Islâmico (EI) na Síria. Trata-se do 1º caso de brasileiro acusado de pertencer ao EI. Kayke Luan Ribeiro Guimarães foi extraditado para a Espanha em janeiro de 2015, onde aguarda julgamento.

A diáspora búlgara no exterior contabiliza pouco mais de dois milhões de pessoas, segundo dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo boa parte de jovens entre 25 e 35 anos com qualificação profissional (médicos, engenheiros, dentistas etc.). Para fins de comparação, o censo de 2011 concluiu que a Bulgária possui 7.364.570 habitantes. A diáspora do país representa, portanto, quase 30% da população total de búlgaros.

A diáspora búlgara está concentrada na Turquia (500.000), Grécia (300.000), EUA (300.000), Espanha (250.000), Reino Unido (100.000), Itália (100.000) e Alemanha (75.000). No Brasil, residem 277 búlgaros, de acordo com os dados divulgados. Concentram-se em São Paulo e no interior do país. Em sua maioria, são oriundos da Bessarábia (localizada na Ucrânia e onde existe até hoje uma minoria búlgara). Por outro lado, o Instituto Nacional de Estatísticas informou que, desde 2006, vem crescendo a tendência de retorno ao país, originários, principalmente, da Rússia, Espanha, Grécia, Espanha e Alemanha. Apesar disso, o número de emigrantes búlgaros vem superando largamente o de retornados nos últimos anos, tendência que deve se manter em 2015 devido às altas taxas de desemprego (atualmente cerca de 10%) e as perspectivas negativas relativas ao desempenho da economia do país.

SUGESTÕES PARA A FUTURA CHEFE DO POSTO:

Sugiro, em suma, que a futura Chefe de Missão atribua especial atenção às questões: a) da confirmação e da proposta de datas alternativas para a visita oficial do Presidente Rosen Plevneliev ao Brasil no início de 2016 (acompanhado de delegações empresarial e parlamentar) e da sua preparação substantiva; b) da concretização da vinda de delegação do MEC para negociar, em Sófia, o texto do acordo de cooperação na área educacional, conforme conversa havida entre os dois Presidentes à margem da Cimeira CELAC-UE, em Bruxelas; c) da organização de reunião de coordenação política bilateral em Brasília, a ser realizada até o final deste ano ou início do próximo, a fim de dar início à preparação da visita presidencial ao Brasil em 2016. Alternativamente, poder-se-ia propor a realização da primeira reunião da Comissão Intergovernamental, instituída pelo Acordo bilateral de Cooperação Econômica assinado em 2011, preferencialmente no Brasil (Brasília ou São Paulo). Todos esses temas são, a meu ver, extremamente oportunos e de grande utilidade para atualizar e dinamizar a agenda bilateral.

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA MACEDÔNIA
(CUMULATIVIDADE)

QUADRO GERAL DO RELACIONAMENTO E PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

O Presidente Gjorgi Ivanov, o Ministro de Negócios Estrangeiros, Nikola Poposki, e seu antecessor Antonio Milososki, entre outros representantes, vêm deixando clara há algum tempo a intenção do Governo macedônio de estreitar relações com a América Latina e, em particular, com o Brasil. O Presidente Ivanov convidou a Presidenta da República a visitar Skopje, mas ainda não houve resposta do lado brasileiro. O Brasil, por sua vez, insere seu relacionamento com a Macedônia no âmbito da política de ampliações das relações políticas e comerciais com os países balcânicos.

Vale recordar que em abril de 2013, o PM Nikola Gruevski visitou o Brasil em missão comercial e política, a primeira de um PM macedônio. O PM Gruevski encontrou-se com o Vice-Presidente Michel Temer e com o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Na ocasião, foi assinado acordo bilateral de cooperação educacional (já ratificado pelo lado macedônio, mas não pelo Brasil). O PM Gruevski também realizou encontros com empresários brasileiros em São Paulo e em Curitiba a fim de estimular o comércio e o investimento bilaterais. As reuniões tiveram apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias de São Paulo e do Paraná. Ainda como resultado da visita, a Macedônia propôs, em 2014, projeto de intercâmbio estudantil entre ambos os países e está oferecendo bolsas para estudantes brasileiros. A Embaixada da Macedônia em Washington (posto que se encarrega cumulativamente das relações como Brasil) vem realizando, desde o ano passado, outras ações de promoção comercial no Brasil.

Em março de 2015, o Ministro da Defesa da Macedônia, Zoran Jolevski, participou da Feira LAAD Defence & Security 2015 - Feira Internacional de Defesa e Segurança (Rio de Janeiro, 14 e 17 de abril de 2015) a convite do Governo brasileiro. Jolevski, diplomata de carreira, foi Embaixador da Macedônia em Washington (2007-14). Ele foi o primeiro Embaixador (não-residente) da Macedônia junto ao Governo brasileiro. A participação do Ministro da Defesa na Feira LAAD 2015 enseja novas oportunidades de negócios no setor de defesa e dá seguimento à missão comercial realizada pelo PM Gruevski ao Brasil em 2013.

O Governo macedônio mantém a intenção de abrir Embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul, o que ainda não teria sido concretizado devido à crise econômica e política no país. Em encontro entre o então Chanceler Milososki e o ex-Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota (Brasília, 2 de maio de 2011), Milososki anunciou a decisão de abrir representação do país em Brasília. O lado brasileiro informou que buscaria, na medida do possível, reciprocidade a medida. O Governo macedônio teria aberto processo de seleção do futuro

Embaixador e tem a expectativa de abrir a representação diplomática em Brasília até o final de 2015, segundo fontes no Ministério dos Negócios Estrangeiros macedônio.

No mesmo encontro entre Milososki e Patriota, ambos os lados concordaram em avançar no estabelecimento de mecanismo de consultas políticas, que seria um protocolo informal (sem status jurídico de Acordo) com vistas a ensejar reuniões sobre temas de interesse mútuo, inclusive aqueles da agenda internacional. A ideia pode ser válida, sobretudo por seu valor simbólico, mas ainda não avançou. Durante todo o encontro, a questão onomástica da Macedônia esteve presente, bem como o desejo macedônio de ingressar na União Europeia e na OTAN. O lado macedônio esforçou-se em demonstrar postura conciliatória sobre o tema da questão onomástica, sem deixar de criticar a postura grega. Durante a referida visita, foi assinado o Acordo de Isenção de Vistos, assunto de grande interesse para o lado macedônio, o qual não foi ratificado pelo lado brasileiro (devido à demora na ratificação do acordo, o Governo brasileiro propôs em outubro de 2014, por meio desta Embaixada, a assinatura de acordo por troca de notas com mesmo teor). O lado macedônio também propôs, durante os preparativos da visita do então Chanceler Milososki, a assinatura de Acordo de Cooperação Educacional (assinado somente durante a visita do PM Gruevski ao Brasil em abril de 2013), Acordo de Cooperação Cultural, e Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (em 2014, a Embaixada informou que não havia interesse no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, conforme instruções recebidas). O fato de a economia macedônia ser predominantemente agrícola também gera interesse de que haja alguma cooperação nessa área.

Em setembro de 2012, a Macedônia propôs a negociação de acordo de facilitação do tráfego aéreo ("open Air Agreement"), cuja minuta encontra-se exame das autoridades brasileiras competentes. Aparentemente não há muito interesse brasileiro em concluir tal acordo em virtude do reduzido tráfego aéreo entre os dois países.

No passado, o lado macedônio também propôs a assinatura de acordo para evitar a dupla tributação, que foi rejeitado pela Receita Federal do Brasil sob a justificativa da inexistência de fortes laços econômicos entre os dois países. Apesar de ter sido informada sobre a falta de interesse do lado brasileiro, o lado macedônio continua levantando regularmente o tema em encontros com a Embaixada.

Conforme antes mencionado, o Governo brasileiro propôs em outubro de 2014 a assinatura de Acordo de Isenção de Vistos por troca de notas, em substituição ao acordo de mesmo teor assinado em 2011. Vale ressaltar que o acordo fora ratificado em 2011 pelo lado macedônio e que, desde 2014, o Governo macedônio, em ato unilateral, não exige mais vistos de cidadãos brasileiros em estadia de curto prazo naquele país. A proposta brasileira encontra-se desde o final de 2014 sob análise do Departamento Jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros macedônio e, caso seja assinado, não necessitaria de ratificação parlamentar brasileira para entrar em vigor. A Embaixada tem solicitado regularmente informações ao lado macedônio sobre a evolução do assunto e argumentado que o tema necessita ser concluído.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

O comércio bilateral Brasil-Macedônia em 2014 teve queda de 16% em relação a 2013, totalizando US\$ 31 milhões (contra 37,2 milhões em 2013). A queda no comércio bilateral deveu-se à redução de 24% nas exportações brasileiras, que somaram US\$ 24 milhões (contra 31,7 milhões em 2013). Já a Macedônia teve aumento de 29% em suas exportações para o Brasil: US\$ 7 milhões no ano passado, contra US\$ 5,5 milhões em 2013. O Brasil obteve saldo comercial de US\$ 16,8 milhões, o que corresponde a uma redução de 36% (US\$ 26,2 milhões em 2013). Recordo que o Brasil é tradicionalmente superavitário em seu comércio com a Macedônia.

Cabe ressaltar que as exportações da Macedônia para o Brasil cresceram 167% desde 2011. Naquele ano, o Brasil importava US\$ 2 milhões da Macedônia. Os valores são baixos em termos absolutos mas expressivos em termos relativos, considerando que o PIB do país é de apenas US\$ 10 bilhões e que em 2013 as exportações totais da Macedônia alcançaram US\$ 4,3 bilhões. Essa tendência de crescimento das exportações da Macedônia para o Brasil indica o interesse do país balcânico em expandir seus mercados, que atualmente concentram-se na União Europeia (cerca de 77% do volume total).

Um importante fator para o crescimento do comércio macedônio para o Brasil foi a missão comercial liderada pelo PM Nikola Gruevski em abril de 2013. Segundo fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros macedônio, novas oportunidades de negócios têm surgido no Brasil desde então.

As exportações brasileiras para a Macedônia são compostas principalmente por produtos de carne bovina, frango e derivados (93% do total), beneficiadas pela inexistência, até o momento, de barreiras fitossanitárias impostas pela União Europeia, as quais acabaram inviabilizando o comércio desses produtos para o mercado búlgaro. A principal oportunidade para o incremento das exportações brasileiras para a Macedônia seria em carne suína, item bastante consumido na região, mas que não consta da atual pauta do comércio bilateral. As medidas fitossanitárias impostas pelo Governo macedônio, baseada no princípio que o produto deve ter origem em mercado “livre de febre aftosa sem vacinação” têm impedido a venda do produto brasileiro. A empresa brasileira “BRF” tem procurado soluções junto às autoridades competentes e tem contado com o apoio do Setor Comercial da Embaixada.

A Macedônia possui acordos de livre comércio com diversos países europeus e tenta se posicionar como porta de entrada para o comércio com o continente. Uma vantagem para o comércio com a Macedônia é que o país é membro da União Europeia, e não segue, em princípio, as diretrizes comerciais da CE que acabam impondo barreiras comerciais e desvio de comércio de bens brasileiros. Em abril de 2012, foi autorizada a abertura de Consulado Honorário da Macedônia no Rio de Janeiro, o que pode vir a favorecer o relacionamento comercial e os contatos entre ambos os países.

Pelo lado macedônio, os principais itens de exportação para o Brasil são produtos têxteis (grande variedade de itens) e componentes para a indústria de transportes (principalmente freios e tacógrafos).

AÇÕES REALIZADAS PELO POSTO

Em 2014, a Embaixada foi contatada pelo Escritório da BRF (“Brazil Foods”) para a Europa Oriental a fim de informar sobre as barreiras comerciais existentes na Macedônia para a exportação de carne suína brasileira e sobre possível investimento direto brasileiro naquele mercado. Segundo o representante da BRF, até 2009 era permitida a exportação de carne suína brasileira para a Macedônia por meio do “Certificado Sanitário de Importação” – Lista Geral. Naquele ano, a Macedônia harmonizou voluntariamente sua legislação comercial para esse produto com a da União Europeia (UE). Assim, o Brasil não pode mais exportar carne suína para a Macedônia, enquanto que alguns países da UE (Alemanha) e Canadá continuam exportando o produto para mercado macedônio.

A BRF estaria estudando a instalação de indústria processadora de carne suína na Macedônia, em parceria com a empresa local “International Food Bazar” (IFB), representante exclusiva da empresa brasileira no país. O objetivo desse investimento seria exportar carne suína processada a partir da Macedônia para o mercado balcânico e, eventualmente, para a UE. A barreira comercial existente atualmente constitui obstáculo para esse investimento sendo que tal barreira acaba favorecendo a carne suína, menos competitiva comercialmente, importada da Alemanha e do Canadá.

A Macedônia consome em torno de 20 mil toneladas de carne suína anualmente e necessita importar cerca de 10 mil toneladas do produto para atender a demanda do mercado interno. A BRF estima que conseguiria exportar entre 3 a 4 mil toneladas por ano inicialmente caso a referida barreira comercial de caráter fitossanitário fosse eliminada, sem contar as vendas que seriam destinadas a um potencial mercado que se abriria para a empresa em toda região balcânica.

Em março de 2015, reuni-me em Skopje com o Sr. Jerry Naumoff, Ministro para a Atração de Investimentos Estrangeiros, e com representantes do Ministério da Agricultura e da Agência de Controle Sanitário daquele país. Na reunião esteve também presente o Sr. Jeferson Fernandes, cidadão brasileiro que trabalha na empresa macedônia IFB, que importa carne do Brasil para os mercados da Macedônia e do Kosovo.

Os representantes do Ministério da Agricultura e da Agência de Controle Sanitário explicaram que o bloqueio à importação de carne suína brasileira para a Macedônia devia-se à necessidade de estar o Brasil incluído na categoria de países livres da febre aftosa sem vacinação, conforme exigido pela UE, pois a prática de vacinação dos rebanhos contra a doença não seria suficiente para assegurar o acesso ao mercado macedônio.

Argumentei naquela ocasião que o Brasil é um país de tamanho continental e que existem diversas regiões livres da febre aftosa com e sem vacinação. Foi destacado que o tema faz parte há muitos anos da agenda de contenciosos Brasil-UE e que não havia razão para a Macedônia, como país não-membro do bloco, ter de seguir procedimentos sanitários questionáveis impostos por Bruxelas. Nesse sentido, foi sugerido que a solução para o problema poderia ser a liberação da importação pelas autoridades macedônias de carne suína proveniente das zonas livres da doença e sem vacinação no Brasil, como no caso do estado de Santa Catarina, principal fonte da carne importada pela IFB. Foi proposto ao Ministro

Naumoff, portanto, que a Macedônia flexibilizasse suas regras fitossanitárias com o objetivo de encorajar maior concorrência uma vez que o produto brasileiro é mais competitivo do que o europeu e o canadense.

O Ministro Naumoff afirmou que a principal função dele era atrair investimentos estrangeiros para o país, estimulando a criação de empregos, e que, se existisse um projeto concreto de investimento, ele se engajaria pessoalmente a facilitar sua implementação. Esclareceu que se existir uma questão legal ou burocrática impedindo esse investimento, ele reuniria as autoridades responsáveis no Ministério da Agricultura a fim de solucionar a questão. Explicou, ainda, que o Gabinete do PM tinha poderes para flexibilizar as regras fitossanitárias sem que fosse necessária prévia autorização de Bruxelas, mas reconheceu que poderiam existir eventuais pressões comunitárias no sentido de manter as regras fitossanitárias, sobretudo porque a Macedônia é um país candidato à UE. Ressaltou, no entanto, que precisava estar convencido primeiramente da importância e da viabilidade do investimento direto em questão.

O Ministro Naumoff solicitou ao Sr. Fernandes maiores detalhes sobre o plano de investimento (montante do investimento, número de empregos a serem criados etc.). O representante da IFB esclareceu que o empreendimento poderia gerar inicialmente cerca de 100 novos empregos, além de receita fiscal para o Governo e comprometeu-se a entregar relato pormenorizado sobre o tema. O Ministro Naumoff também pediu confirmação de que existiriam regiões brasileiras classificadas como livres da febre aftosa sem vacinação.

O Setor Comercial da Embaixada verificou na página eletrônica da Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE) que o estado de Santa Catarina está efetivamente incluído na categoria de “área livre de febre aftosa onde a vacinação não é praticada” (“FMD free zone where vaccination is not practised”). Assim, o Posto encaminhou confirmação oficial sobre o exposto ao Governo macedônio.

Em março de 2015, a Embaixada conversou a respeito do assunto com o Sr. Luis Rua, Coordenador de Relações Corporativas Internacionais da BRF. Na conversa, a Embaixada frisou que caberia à BRF, em parceria com a empresa local “Internacional Food Bazar”, elaborar plano de investimentos pormenorizado para o Governo macedônio e ressaltou que esse seria o passo necessário e indispensável para destravar as negociações sanitárias a respeito da importação de carne suína brasileira.

O Sr. Rua compreendeu o “trade-off” proposto pelo lado macedônio e confirmou que a BRF possui estudo de eventual investimento na Macedônia, mas que não existiria nada de concreto tendo em vista a barreira sanitária atualmente existente. Ele se comprometeu a discutir com a Diretoria de Europa da BRF a questão do possível plano de investimentos em parceria com a IFB.

O Executivo da BRF informou, ademais, que seria necessário obter informações do Governo macedônio sobre todos os requisitos técnicos e sanitários exigidos para a importação de carne suína. Explicou que isso seria necessário para que a BRF fizesse gestões junto ao Ministério da Agricultura brasileiro visando a obter a emissão de certificado sanitário

internacional que seja reconhecido pelo lado macedônio. O tema do investimento direto deverá voltar à pauta na medida em que as negociações de acesso ao mercado macedônio avancarem.

TEMAS CONSULARES

A comunidade brasileira na Macedônia é extremamente reduzida, perfazendo entre 10 a 20 pessoas. Em geral, são mulheres casadas com macedônios. O Sr. Jefferson Fernandes, ex-jogador de futebol profissional que trabalha em empresa local importadora de carne brasileira, seria a principal liderança comunitária. O número de brasileiros que se deslocam para a Macedônia por motivo de turismo ou de negócios é insignificante. Não existe Cônsul-Honorário do Brasil na Macedônia, já que o Setor Consular da Embaixada em Sófia consegue dar conta da reduzida demanda, e nem tampouco Conselho de Cidadãos.

O fluxo de macedônios para o Brasil tem crescido, ainda que no contexto da pequena população do país (cerca de 2 milhões de habitantes), incluindo viagens de turismo, negócios e oficiais. Por esse motivo, o Governo macedônio possui grande interesse no Acordo de Isenção de Vistos, assinado em 2011, que já foi ratificado pelo Parlamento do país, mas ainda encontra-se sob análise do Congresso Nacional. Conforme já mencionado, o lado brasileiro propôs, como solução alternativa e mais expedita, a assinatura de um acordo com mesmo teor por troca de notas, o que dispensaria a ratificação do instrumento pelo Congresso Nacional.

SUGESTÕES PARA A FUTURA CHEFE DO POSTO

Em termos gerais, a política bilateral praticada pelo Brasil em relação à Macedônia baseia-se em duas vertentes. Por um lado, o Governo brasileiro busca reconhecer a importância do país por meio de gestos políticos que, ainda que modestos, têm grande impacto para um diminuto país em busca de afirmação em nível regional e internacional. Isso vem ao encontro da diretriz de política externa macedônia que tem como objetivo diversificar e estreitar suas relações com diversos países, em especial atores de peso no cenário internacional, com o fito de afirmar-se como nação perante seus vizinhos balcânicos e o resto do mundo.

Por outro lado, o Brasil mantém posição neutra em relação a questões controversas sobre o passado histórico da Macedônia, especialmente em uma região como os Bálcãs em que a História ainda é um instrumento de afirmação nacional e que, portanto, torna-se fonte de disputas territoriais e étnicas. Diante dessas questões, a posição brasileira tem sido a de reafirmar que a Macedônia deve encontrar solução consensual para as disputas com seus vizinhos, como no caso da “questão onomástica” com a Grécia discutida no âmbito das Nações Unidas.

Vale também ressaltar que o Governo brasileiro decidiu utilizar, num gesto político, o nome “República da Macedônia” em seu relacionamento bilateral, o que agradou o lado macedônio. Como se recorda, a Macedônia é obrigada a conviver com o nome internacionalmente aceito de “Antiga República Iugoslava da Macedônia” (FYROM - “Former Yugoslav Republic of Macedonia”), conforme exigido pela Grécia nos foros internacionais.

Sugiro, em suma, que a próxima Chefe de Missão retome a iniciativa de propor, para 2016, a realização da primeira reunião do mecanismo de consultas políticas e econômicas com vistas a ensejar discussões sobre temas de interesse mútuo, tais como o acesso ao mercado macedônio para as exportações de carne suína brasileira, assinatura de acordos de cooperação educacional e cultural, oportunidades de negócios na área agrícola, além de discussões mais amplas sobre tópicos da agenda internacional. A ideia pode ser válida, sobretudo por seu valor simbólico politicamente.